



Entidade Administradora da Conectividade de Escolas

**RFP (Request for Proposal)**

**Contratação de serviços de conectividade**

**(Rede Externa - Acesso à Internet por meio terrestre) em  
Escolas**



## SUMÁRIO

1. SOBRE A EACE .....	3
2. OBJETO .....	3
3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	4
4. DAS OBRIGAÇÕES .....	5
5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....	10
6. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA / COMERCIAL .....	10
7. PERÍODO CONTRATUAL E INSTRUMENTO JURÍDICO .....	11
8. GESTÃO DOS SERVIÇOS.....	12
9. DÚVIDAS SOBRE ESTA RFP .....	12
10. RELAÇÃO DE ANEXOS INTEGRANTES.....	12
11. CRONOGRAMA .....	18

## **1. SOBRE A EACE**

A Entidade Administradora da Conectividade de Escolas – EACE, constituída para gerir os recursos a ela atribuídos por força do Edital de Licitação nº 1/2021-SOR/SPR/CD-ANATEL de Radiofrequências nas faixas de 24,3 GHz a 27,5 GHz (“Edital”), necessita, para o devido cumprimento de suas obrigações editalícias, notadamente o compromisso de conectividade em escolas públicas de educação básica, de estrutura adequada e instrumentos de administração aptos à viabilização dos projetos direcionados às suas finalidades.

Para tanto, considerando a constituição da EACE, em 10 de março de 2022, com independência administrativa, autonomia financeira e patrimonial e impessoalidade decisória, e sem qualquer vínculo organizacional com nenhuma instituição previamente existente, faz-se mister sua estruturação inicial de modo a permitir o efetivo início do conjunto de atividades necessárias à consecução dos objetivos tracejados pelo Edital e pelo Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas – GAPE.

## **2. OBJETO**

A **EACE** convida V. Sas. a apresentar proposta técnica e comercial para o fornecimento de solução de conexão à internet, compreendendo:

- Prover conectividade à internet nas escolas objeto desta RFP, preferencialmente por fibra óptica, em conformidade com as características estabelecidas no Anexo I;
- Construir redes de acesso, quando necessário, para atendimento dos projetos de conectividade, fornecendo todos os recursos necessários: projeto, materiais, taxas, licenças, serviços, equipamentos e demais insumos necessários para esse fim;
- Garantir a disponibilidade dos serviços durante a vigência contratada, e em conformidade com a legislação em vigor para o SCM (Serviço de Comunicação Multimídia);
- Após a vigência do Contrato toda a solução implementada deverá permanecer operacional na escola, integrando o ativo da respectiva escola, facultado a renovação contratual dos serviços recorrentes pela EACE ou qualquer outra parte que venha a sucedê-la.

### **3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1 Para participação do processo de cotação dessa RFP, será necessário o acesso ao site da EACE link: [www.eace.org.br/rfp](http://www.eace.org.br/rfp) ou o envio por meio eletrônico para: [compras@eace.org.br](mailto:compras@eace.org.br) com as seguintes informações, objetivando cadastro:

Razão Social:  
Nome Fantasia:  
CNPJ:  
Endereço:  
e-mail:  
Nome do contato da empresa:  
DDD:  
Telefone:  
Celular:  
Site / Rede Social:  
Informar qual segmento deseja fornecer (RFP):  
Unidade(s) Federativa(s) que deseja atender:  
Cidade(s) que deseja atender:

3.2 A PROPONENTE deverá apresentar a Proposta Técnica e Comercial, impreterivelmente, até a data e hora estipulada no cronograma, através da plataforma de compras Nimbi.

3.3 A planilha “Anexo I – Lista de Escolas”, deve ser encaminhada em conjunto com a apresentação da proposta, incluindo o seguinte detalhamento:

- a. Atendo: quando houver viabilidade de atendimento pela PROPONENTE;
- b. Não Atendo: quando não houver viabilidade de atendimento pela PROPONENTE;
- c. Para os casos em que houver viabilidade de atendimento (marcados como ‘Atendo’) a PROPONENTE deverá informar os prazos de ativação do serviço de internet.

3.4 A proposta deverá conter as seguintes informações:

- a. Os valores unitários devem contemplar todos os tributos incidentes de acordo com o estabelecido nas legislações tributárias federal, estadual e municipal;
- b. As alíquotas serão as vigentes na data do respectivo faturamento;
- c. Os preços devem ser apresentados nos campos correspondentes do “Anexo I – Lista de Escolas” e do “Anexo III – Lista de Preços Unitários (LPU)”;
- d. As propostas técnica e comercial da(s) PROPONENTE(s) devem levar em consideração todos os custos necessários para o provimento dos serviços, incluindo possíveis adequações de infraestrutura, taxas e/ou eventuais serviços complementares, não cabendo à CONTRATANTE qualquer tipo de dispêndio monetário adicional não descrito e previamente acordado, para a prestação dos serviços objeto deste instrumento;
- e. As condições comerciais informadas, quando do preenchimento dos Anexos (campos correspondentes aos valores ofertados), deverão levar em consideração o fornecimento de

todos os serviços e materiais necessários para atendimento ao objeto desta RFP, inclusive roteador de terminação com interface Gigabit Ethernet (e funcionalidade DHCP).

### 3.5 Etapas:

- a. Publicação da RFP;
- b. Cadastramento dos proponentes na plataforma Nimbi;
- c. Esclarecimento de Dúvidas da RFP;
- d. Recebimento de Propostas;
- e. Esclarecimento de dúvidas das Propostas;
- f. Análise e qualificação das Propostas;
- g. Negociação;
- h. Contratação/Adjudicação;
- i. Emissão do Pedido de Compras

### 3.6 Minuta Padrão de Contrato:

Empresas que não possuem contrato com a CONTRATANTE, deverão estar previamente de acordo com a Minuta Padrão de Contrato, que será disponibilizada oportunamente.

## **4. DAS OBRIGAÇÕES**

### 4.1 Obrigações da(s) Empresa(s) Vencedora(s) desta RFP

Constituem obrigações da(s) vencedora(s) desta RFP, além de outras previstas no Contrato ou Aditivo assinado entre a CONTRATANTE e a PROPONENTE:

- a. Os valores ofertados deverão contemplar todos os custos associados ao provimento dos serviços, respeitando todas as regras necessárias ao correto e adequado funcionamento, tais como, mas não se limitando a: serviço de instalação do acesso e suas respectivas miscelâneas, serviço de manutenção (reparo), dentre outros, conforme disposto nos Anexos;
- b. Receber documentação da CONTRATANTE referente à identificação das escolas objeto desta RFP e contato de representante local da escola/SEDUC (Secretaria da Educação), quando disponível;
  - i. A CONTRATANTE poderá fornecer informações complementares, que eventualmente venha a dispor, e que sejam relevantes à elaboração das propostas técnica e comercial.
- c. Garantir que os serviços prestados estejam em conformidade com os parâmetros descritos no item 4.2 desta RFP;
- d. Emitir a fatura de cobrança dos serviços prestados na forma descrita no item 4.3 desta RFP;
- e. A PROPONENTE deverá apresentar a proposta técnica detalhando o seu plano de trabalho, sistemas utilizados, SLAs, relatórios de acompanhamento (físico e financeiro), além de comprovar sua experiência em outros trabalhos similares, capacidade técnica e financeira para execução, bem como, sua capacidade de implantação (produção mensal) do objeto contratado;

- f. A(s) empresa(s) vencedora(s) desta RFP poderá(ão), caso haja necessidade, contratar terceiros para o desenvolvimento de atividades necessárias à prestação dos serviços, desde que previamente autorizados pela CONTRATANTE;
- g. A(s) empresa(s) vencedora(s) desta RFP continuará(ão) responsável(eis) perante a ANATEL e a CONTRATANTE pela regular prestação dos serviços de conectividade, respeitando os parâmetros definidos pela legislação em vigor;
- h. A(s) PROPONENTE(S), quando da apresentação das propostas técnica e comercial, está(ão) plenamente de acordo com as condições definidas nesta RFP;
- i. A proposta comercial deverá apresentar a solução completa de conectividade sugerida para cada escola, incluindo projetos, materiais, equipamentos e demais serviços necessários ao cumprimento dos requisitos definidos nos Anexo I;
- j. Após implantação, elaborar Termo de Aceitação, contendo no mínimo, mas não se limitando a:
  - i. Nome da escola;
  - ii. Coordenadas geográficas
  - iii. Endereço completo
  - iv. Nome do responsável pelo acompanhamento com telefone de contato.
  - v. Testes de velocidade DL (download) e UL (upload), com o respectivo registro fotográfico (3 medições), utilizando os sites ou aplicativos de medição:
    - <https://www.speedtest.net/pt>
    - <https://www.brasilbandalarga.com.br/bbl/>

#### 4.2 Padrões de Desempenho e Qualidade

As partes reconhecem que é de interesse mútuo atender padrões de desempenho e qualidade alinhados às melhores práticas e legislação em vigor.

Os parâmetros de qualidade que deverão ser, no mínimo, considerados pela PROPONENTE são:

- a. Atendimento das normas de qualidade e de segurança estabelecidas pela ABNT e IEEE (normas NBR 14565, NBR 14136, IEEE 802.11, NR-10 e NR-35);
- b. Em caso de falha, o restabelecimento dos serviços deverá ser realizado dentro dos SLAs de atendimento;
- c. Equipamentos e Materiais: a garantia sobre os equipamentos deve ser de, no mínimo, 12 meses a contar da data de sua efetiva implantação, excluindo casos de vandalismo, furto e roubo e casos fortuitos e/ou de força maior, desde que apresentadas evidências sobre o ocorrido (Ex.: boletim de ocorrência, laudos fotográficos, situações de calamidade etc.);
- d. Disponibilidade de atendimento em regime 8x5 (oito horas por dia, cinco dias por semana);
- e. Os serviços contarão com supervisão e gerenciamento da PROPONENTE, quando possível, de modo a assegurar os SLAs definidos nesta RFP;
- f. As eventuais falhas dos serviços serão informadas pela PROPONENTE à CONTRATANTE, sempre que possível, após sua detecção;

- g. A CONTRATADA deverá agendar junto à CONTRANTE, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, as interrupções programadas relacionadas ao provimento dos serviços, ora contratados;
- h. Não serão considerados como períodos de indisponibilidade as interrupções programadas desde que sejam notificadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
- i. SLAs de atendimento:

Atividade	Tipo de Ticket	Prazo	% Ocorrências
Tempo de Resposta (NOC)	Alto	2 horas	95%
Tempo de Resposta (NOC)	Médio	6 horas	95%
Tempo de Resposta (NOC)	Baixo	12 horas	95%
Reparos	Alto	72 horas	95%
Reparos	Médio	96 horas	95%
Reparos	Baixo	120 horas	95%

Tipos de Ticket:

- **Alto:** Serviço inoperante;
- **Médio:** Serviço instável e/ou requisitos abaixo do esperado;
- **Baixo:** Eventos sem impacto em performance.

#### 4.3 Forma de Pagamento

A(s) empresa(s), vencedora(s) desta RFP farão jus a remuneração dos serviços prestados, conforme descrito abaixo:

- a. Valores referentes ao provimento dos serviços;
- b. As Partes acordam que os valores pactuados são válidos para o período de vigência do Contrato ou Aditivo Contratual a ser celebrado, e devem ser obrigatoriamente apresentados em reais e não indexados à moeda estrangeira;
- c. É obrigatória a existência de contrato ou documento legal aprovado pelo Departamento Jurídico, Diretor Responsável e Direção Geral da EACE.
- d. A CONTRATANTE é a responsável pelo pagamento de todos e quaisquer tributos, contribuições e encargos incidentes, de modo que o valor a ser pago à(s) empresa(s) vencedora(s) será o resultado do preço líquido acrescido destes;
- e. O valor a ser pago pela CONTRATANTE à(s) empresa(s) vencedora(s) desta RFP, na forma acima descrita, relativo ao mês de ativação ou desativação do serviço, será proporcional (*pro rata die*) ao número de dias do mês comercial que o serviço permanecer ativo, observada a data de ativação;

- f. O período de referência da NFFS (Nota Fiscal de Faturamento de Serviços) ou outro documento de cobrança será o do mês calendário, a qual compreenderá os serviços efetivamente prestados, *pro rata die*, do primeiro ao último dia do mês, inclusive;
- g. O pagamento dos serviços objeto desta RFP classificados como “Projeto Especial” será efetuado pela CONTRATANTE, através de transferência em conta corrente, em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal/fatura por parte da CONTRATADA e apresentação junto à CONTRATANTE, realizada somente após aceitação dos serviços pela CONTRATANTE, podendo ser fracionado ao longo da execução (ou precedente) dos serviços, conforme escopo contratado, mediante alinhamento entre as partes e aceitação prévia da CONTRATANTE. Qualquer forma de pagamento diferente da descrita, deverá ser aprovada previamente pela Diretoria da EACE;
- h. A CONTRATADA deverá enviar o detalhamento do serviço prestado ao gestor do contrato para aprovação antes da emissão da Nota Fiscal;
- i. Após o de acordo do gestor de contrato, emitir a Nota Fiscal em no máximo 10 dias após a execução do serviço sob pena de não pagamento ou ficar sujeito às possibilidades de pagamento que sejam convenientes a CONTRATANTE, sem que haja direito a qualquer acréscimo de juros, multas ou outras penalidades por eventual demora;
- j. As Notas Fiscais deverão ser emitidas e encaminhadas até o dia 25 de cada mês e com antecedência mínima de 15 dias do vencimento. Caso a Nota Fiscal recebida estiver com data de emissão diferente do mês corrente, ela será devolvida;
- k. As Notas Fiscais devem ser enviadas para o e-mail <financeiro@eace.org.br> . No caso de envio para outro endereço eletrônico, mesmo que seja de algum funcionário ou departamento da empresa, a mesma não terá validade e nos isentará de qualquer penalidade, multa ou juros;
- l. As medições dos serviços deverão ser apontadas dentro da plataforma Nimbi, onde o fornecedor deverá também anexar a Nota Fiscal referente a medição apontada;
- m. Retenção de ISS – O prestador de serviços estabelecido fora do município de São Paulo deverá efetuar a inscrição no CPOM (Cadastro de Prestadores de Outros Municípios). Caso isso não ocorra, ficará sujeito à retenção do ISSQN nos termos do artigo 9ºA, da Lei do Município de São Paulo nº 13.701/2003;
- n. A CONTRATANTE poderá contestar os débitos cobrados ou pagos na NFFS ou no documento de cobrança;
- o. A CONTRATADA deverá apresentar o resultado da apuração da contestação no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da contestação. Caso a CONTRATADA não responda a contestação neste prazo, a mesma será considerada válida e sem direito a cobranças futuras;
- p. Após o resultado da apuração, caso as partes não cheguem a um acordo, poderão adotar todas as medidas que julgarem cabíveis à defesa de seus interesses;



- q. Caso a contestação seja considerada procedente e tendo sido o valor contestado já pago, a CONTRATANTE terá direito a um crédito, na NFFS ou documento de cobrança seguinte, equivalente ao montante contestado, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, e correção monetária com base na variação do IPCA ou por outro índice legalmente indicado que vier a substituí-lo, ou ainda, na falta ou extinção desse índice, por qualquer outro avençado de comum acordo entre as partes que reflita a variação do período;
- r. Nos casos em que houver necessidade de emissão de segunda via da NFFS, o vencimento da mesma ocorrerá no mínimo 5 (cinco) dias úteis após o seu recebimento pela CONTRATANTE;
- s. Serão concedidos créditos nos valores a serem pagos pela CONTRATANTE, quando ocorrer descumprimento do SLA de Reparo (tipo Alto) por mais de um mês consecutivo, observando a seguinte fórmula:

$VC = \text{desvio } \% \times \text{valor total da mensalidade devida}$ , onde VC: Valor do crédito

Impedimentos de atuação por força maior, devidamente comprovados pela CONTRATADA, não serão contabilizados.

#### 4.3.1 Regras Gerais

1. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida no CNPJ do fornecedor contido no contrato;
2. Os dados bancários devem ser do mesmo CNPJ contratado, não é permitido o pagamento em conta de terceiro ou pessoa física, mesmo que a conta seja do responsável legal da empresa;
3. O fornecedor deverá enviar o detalhamento do serviço prestado ao gestor do contrato para aprovação antes da emissão da Nota Fiscal; (item 4.3 parágrafo h)
4. Reembolso de despesas fornecedores, necessário digitalizar e encaminhar os comprovantes dos gastos anexados ao e-mail com a Nota Fiscal, e envio dos documentos físicos para a sede da EACE;
5. Após o de acordo, emitir a Nota Fiscal em no máximo 10 dias após a execução do serviço sob pena de não pagamento ou ficar sujeito às possibilidades de pagamento que seja conveniente a contratante, sem que haja direito a qualquer acréscimo de juros, multas ou outras penalidades por eventual demora; (item 4.3 parágrafo i);
6. O fornecedor deve disponibilizar o formulário Cadastro de Prestadores de Serviço preenchido durante o processo de contratação ao departamento de Compras da EACE, o não envio do formulário impossibilitará o pagamento;
7. Na Nota Fiscal, obrigatoriamente, deve-se informar no campo “Dados Adicionais” as informações conforme quadro abaixo, estas, serão encaminhadas pela área de Compras da EACE no momento da formalização do contrato. Anexar o detalhamento do serviço aprovado e encaminhar para o endereço eletrônico conforme item 3. das Regras Gerais;

CODIGO FORNECEDOR
Nº PROCESSO COMPRAS:
Nº CONTRATO:
Nº CONTRATO DEJUR:
CODIGO ITEM:
CODIGO ITEM DESPESA:
CENTRO E OBJETO DE CUSTO
PAGAMENTO EM:

8. É de responsabilidade do fornecedor efetuar o correto enquadramento do serviço prestado aos códigos e normas tributárias, bem como a análise da adequação e impacto da contratação em seu regime tributário;

9. Não serão aceitas Notas Fiscais emitidas com código de serviço diferente daquele informado na carta cadastro;

10. O descumprimento das Regras Gerais poderá ocasionar a devolução da Nota Fiscal sem Ônus para a contratante.

## **5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

As propostas deverão ser encaminhadas à mesa de compras da EACE através da plataforma Nimbi, conforme orientações oportunamente fornecidas a partir da efetivação do processo de cadastro da(s) PROPONENTE(S) (item 3.1).

O prazo para apresentação da proposta será conforme cronograma.

## **6. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA / COMERCIAL**

A PROPONENTE deverá considerar vigência contratual de 24 (vinte e quatro) meses; para os serviços recorrentes contados a partir da ativação dos serviços;

A PROPONENTE deverá apresentar proposta de atendimento para a relação de escolas listada no Anexo I;

A(s) empresa(s) vencedora(s) desta RFP deverá(ão) considerar os seguintes requisitos:

- a. Atendimento e Solução para reparos/manutenção em campo, com SLA previsto;

- b. Todos os materiais e equipamentos utilizados para a prestação dos serviços são de total responsabilidade da CONTRATADA;
- c. O contrato/aditivo a ser celebrado entre as Partes deverá prever a cobrança de penalidades por descumprimento de prazos de ativação pactuados (Cronograma de Implantação) e dos SLAs (item 4.2):
  - i. Caso a CONTRATADA, no momento da instalação, apresente qualquer anormalidade relacionada à implementação que não esteja aderente às normas técnicas e possa prejudicar o cronograma de ativação dos serviços e/ou, simultaneamente, não cumpra a exigência acima disposta, a CONTRATADA estará sujeita a penalidades contratuais, que serão avaliadas e discutidas entre as Partes no momento da celebração do Contrato ou Aditivo;
  - ii. A PROPONENTE desde já concorda com a condição de rescisão sem penalidade para a CONTRATANTE, caso venha a descumprir padrões de qualidade e/ou não esteja aderente aos padrões técnicos e de instalação previstos pela CONTRATANTE.
- d. O contrato/aditivo a ser celebrado entre as Partes deve dispor que os equipamentos e materiais utilizados pela empresa vencedora da RFP, para a composição da solução final para o provimento de serviços, devem ser homologados junto à Anatel;
- e. A PROPONENTE desde já está ciente de que a CONTRATANTE tem a prerrogativa, a seu exclusivo critério, de contratar apenas parte da demanda constante nesta RFP (Anexo I);
- f. Caso surjam situações relativas aos atendimentos fora do escopo previsto nesta RFP, a CONTRATADA deverá apresentar proposta específica e submetê-la à avaliação e possível aprovação pela CONTRATANTE;
- g. As demais condições e cláusulas serão firmadas através de Contrato/Aditivo a ser celebrado/assinado entre as Partes;
- h. A relação de escolas a serem atendidas estão descritas no “Anexo I – Lista de Escolas”;
- i. A(s) empresa(s) PROPONENTE(s) vencedora(as) desta RFP deverá(ão) estar de acordo com todos os termos e anexos integrantes.

## **7. PERÍODO CONTRATUAL E INSTRUMENTO JURÍDICO**

O contrato a ser celebrado terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses. Qualquer comunicação no sentido de encerramento do contrato e/ou a celebração de aditivo deverá ser realizada com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência.

O objeto desta RFP será para atendimento e contratação geral (“guarda-chuva”), portanto, o período de contratação respeitará sempre o prazo de prestação dos serviços deste projeto.

A formalização da contratação do objeto desta RFP ocorrerá mediante contrato ou aditivo, conforme o caso, englobando as condições da RFP, e serão baseados em minuta padrão da CONTRATANTE.

A PROPONENTE deverá apresentar todas as Certidões Negativas de Débito, emitidas pelos órgãos competentes e demais documentos solicitados pela CONTRATANTE.

## **8. GESTÃO DOS SERVIÇOS**

A CONTRATADA desde já se obriga a disponibilizar, a qualquer tempo, todas as informações relacionadas aos dados cadastrais dos serviços à CONTRATANTE:

- Solicitação de novas instalações;
- Comprovação da instalação;
- Aceite da instalação;
- Solicitação de desinstalações;
- Comprovação das desinstalações;
- Aceite das desinstalações;
- Apresentação de demonstrativos de serviços;
- Contestação de faturas;
- Outras funcionalidades.

## **9. DÚVIDAS SOBRE ESTA RFP**

Dúvidas sobre esta RFP deverão ser encaminhadas para [compras@eace.org.br](mailto:compras@eace.org.br) conforme cronograma com o título REDE EXTERNA e CIDADE/UF.

## **10. RELAÇÃO DE ANEXOS INTEGRANTES**

- Anexo I – Lista de Escolas [arquivo .xlsx]
- Anexo II – Meio Ambiente e Compliance
- Anexo III – Lista de Preços Unitários (LPU) [arquivo .xlsx]

**ANEXO II – MEIO AMBIENTE E COMPLIANCE****DO MEIO AMBIENTE**

As PARTES declaram, para todos os fins, que:

- a. Durante a execução do objeto contratual, cumprirão as legislações e normas vigentes aplicáveis a meio ambiente, responsabilizando-se por obter previamente as devidas autorizações das autoridades competentes e pelos danos e prejuízos que possam incorrer as Partes ou quaisquer terceiros pela desobediência a referidas normas;
- b. As Partes deverão observar os requisitos exigidos pelos órgãos públicos quanto à obtenção das Licenças de Obras ou qualquer outra licença de caráter ambiental necessária ao desenvolvimento dos trabalhos atendendo, em sua plenitude, as exigências técnicas necessárias para a execução do objeto de licenciamento;
- c. Responsabilizar-se integralmente, na hipótese de os bens adquiridos serem qualificados pela legislação vigente como potencialmente poluidores, pela destinação final dos mesmos, arcando com todos os custos diretos e indiretos gerados em tais atividades;
- d. Utilizar, segregar, reciclar ou destruir o(s) BEM(NS) – se for o caso - em estrita obediência à legislação ambiental em vigor, assumindo, ainda, a plena responsabilidade civil e criminal previstas pela Lei nº 6.938/81 (Política de Meio Ambiente) e Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), obrigando-se a não abandonar o(s) BEM(NS) adquiridos em locais que não sejam de sua propriedade ou posse legal;
- e. Não efetuar desmanches ou desmontagens do(s) BEM(NS) adquirido(s) nas dependências das Partes, obrigando-se por disponibilizar/devolver, nas mesmas condições de ordem, limpeza e sem danificações, os locais e/ou espaços que forem liberados após a retirada do(s) BEM(NS);
- f. Efetuar e suportar todas as despesas que, a qualquer título, se fizerem necessárias para a retirada do(s) BEM(NS) do local estabelecido para a respectiva entrega, arcando com todos os custos diretos e indiretos daí decorrentes, sem qualquer ônus à Parte inocente;
- g. As Partes deverão adotar medidas para a redução da emissão de gases de efeito estufa e para o desenvolvimento de produtos e serviços que contribuam para que outros setores possam reduzir suas emissões;
- h. Manter a Parte inocente isenta da responsabilidade por quaisquer atividades lesivas ao Meio Ambiente em decorrência de omissões ou ações realizadas por empregados, contratados ou subcontratados da Parte responsável, mesmo em decorrência do referido Contrato;
- i. Garantir que, em hipótese alguma, a Parte inocente venha a ser indicada como corresponsável solidária ou subsidiária em decorrência das ações de exclusiva competência da Parte responsável;
- j. Eventuais condições específicas que não estiverem regulamentadas na presente Cláusula serão objeto de anexo específico sobre o tema;
- k. O inadimplemento do quanto exposto nos Parágrafos acima, relativos à responsabilidade acerca da gestão ambiental, poderá, a critério da Parte inocente, ensejar a rescisão do Contrato.

## DO CUMPRIMENTO DAS LEIS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

As PARTES declaram, para todos os fins, que:

- a. Obriga-se a cumprir, e fazer cumprir, por si, suas afiliadas ou seus proprietários, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados, todas as leis e regulamentos emanados de órgãos que tenham qualquer jurisdição ou autoridade com relação ao objeto desta RFP, sendo responsável pela submissão de seus eventuais subcontratados às leis e regulamentos acima referidos;
- b. Se obriga, sob as penas previstas na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando à legislação brasileira anticorrupção (Lei 12.846/13), e ainda, o FCPA – Foreign Corrupt Practices Act, o UK Bribery act e outras leis anticorrupção aplicáveis;
- c. Declara e garante que cumpre e cumprirá as Leis Anticorrupção acima mencionadas e, ainda, declara possuir Código de Ética e uma Política Anticorrupção consistentes com os padrões éticos e de integridade em negócios internacionalmente aceitos (“Códigos”), devendo (i) adotar as melhores práticas de integridade e controles internos, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro, (ii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração Pública, no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, da CONTRATANTE, em especial não dar, oferecer ou prometer, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor ou vantagem a agente público ou pessoa a eles relacionada, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (iii) caso seja solicitado qualquer esclarecimento sobre ato ou fato que viole as normas citadas, deverá apresentar as informações imediatamente à CONTRATANTE, que tomará as providências que entender necessárias;
- d. Deverá conhecer e se comprometer a observar e garantir que seus colaboradores respeitem o Código de Ética e Conduta da CONTRATANTE, e integralmente a norma Anticorrupção da CONTRATANTE, que será disponibilizada no momento da contratação dos serviços;
- e. Declara e garante que, no melhor de seu conhecimento, não se envolveu ou irá se envolver, direta ou indiretamente, por seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, subcontratados, parte relacionada, seus diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores ou consultores, durante o cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das Leis Anticorrupção, bem como não irá contratar como empregado ou de alguma forma manterá relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas

com atividades criminosas, em especial as Leis Anticorrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e terrorismo;

- f. Profissionais a serem envolvidos na execução dos serviços mencionados nesta RFP, declaram que, nos últimos 5 (anos) não foram objetivo de condenação judicial com trânsito julgado relacionado à prática de atos lesivos, infrações ou crimes contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, previstos na lei anticorrupção (12.846/13) e outras regulamentações correlatas nacionais e/ou estrangeiras. Adicionalmente, a CONTRATANTE declara e garante que, no melhor de seu conhecimento, não se encontra, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, envolvidos na prestação dos serviços, (i) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção; (ii) no curso do processo judicial e/ou administrativo ou foram condenados ou indiciados sob a acusação de corrupção ou suborno; (iii) listados em alguma entidade governamental, tampouco conhecidos ou suspeitos de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro; (iv) sujeitos a restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental; e (v) banidos ou impedidos, de acordo com qualquer lei que seja imposta ou fiscalizada por qualquer entidade governamental;
- g. Declara que não há qualquer agente público ou pessoa próxima a agente público que receberá, direta ou indiretamente, benefícios ou vantagens em decorrência deste contrato;
- h. Notificará prontamente, salvo se proibido por lei ou pela ordem judicial, mediante solicitação prévia de informações realizada pela CONTRATANTE, por escrito, a CONTRATANTE a respeito de qualquer violação do disposto nas Leis Anticorrupção e/ou na Política Anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, relacionadas com a prestação de serviços ora contratadas;
- i. O não cumprimento das Leis Anticorrupção será considerada uma infração grave e conferirá à CONTRATANTE o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente contratos que venham a ser estabelecidos, sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a PROPONENTE responsável pelas perdas e danos causados exclusivamente em razão do descumprimento das Leis Anticorrupção, nos termos da lei aplicável;
- j. O não cumprimento do disposto em toda esta cláusula será considerado infração grave a este Contrato e conferirá à Parte Inocente o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o presente Contrato, sem qualquer ônus ou penalidade;
- k. Na medida do permitido pela legislação aplicável, as PARTES indenizarão e isentarão a Parte Inocente de todas e quaisquer reivindicações, danos, perdas, penalidades, custos (incluindo,

mas não se limitando a honorários advocatícios) e despesas decorrentes ou relacionadas a qualquer violação de suas obrigações previstas nesta cláusula.

## CONFIDENCIALIDADE

A PROPONENTE obriga-se, por si, seus sócios, empregados, prepostos, representantes, subcontratados, a não relevar em hipótese alguma, quaisquer informações, dados, técnicos ou não, métodos de organização, normas comerciais ou quaisquer documentos, dados e informações da EACE de que vier a ter conhecimento no exercício de suas atribuições, incluindo as informações mencionadas nesta RFP, sob pena de responsabilização civil e criminal.

Deverá guardar sigilo, por si e pelos seus profissionais envolvidos na execução dos Serviços, das informações e documentos a que venham a ter acesso (“Informação Confidencial”), não podendo utilizá-los ou reproduzi-los sem a prévia e expressa autorização pela EACE.

A confidencialidade nunca impedirá o compartilhamento de documentos e instrumentos jurídicos com o GAPE, independentemente de notificação para ciência, tendo em vista que se trata de órgão controlador e fiscalizador das atividades da EACE.

O preço ofertado será considerado informação confidencial durante o processo de compra, para proteção da concorrência e a obtenção do melhor preço, mas após a adjudicação de uma das propostas o valor pago poderá ser divulgado pela EACE a fim de que se dê transparência para a implementação dos projetos de conectividade de escolas públicas.

A PROPONENTE concorda, desde já, com a divulgação pela EACE de extrato público do contrato contendo: (i) nome das partes que assinaram o contrato; (ii) nome das testemunhas; (ii) objeto do contrato; (iii) ato que autorizou a lavratura do contrato; (iv) vigência; e (v) valor investido.

Caso venha a ser questionada por órgão público ou ordem judicial a relevar qualquer informação ou documento da EACE, deverá informá-la de imediato dessa requisição, para que a EACE possa tomar as providências cabíveis.

Deverá cumprir com todas as leis, regras e regulamentos aplicáveis ao tratamento e proteção de dados pessoais utilizados ou obtidos na execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando as leis, regulamentos que regem privacidade, confidencialidade, segurança e proteção de dados. A EACE declara que fornecerá o acesso a dados pessoais apenas na medida em que a PROPONENTE precisar deles para executar os Serviços.

Deverá possuir política apropriada de proteção de dados em conformidade com as leis aplicáveis, incluindo a Lei Geral de Proteção de dados Pessoais (Lei 13.709/2018) e necessidades da EACE, incluindo, mas não se limitando a adoção de apropriadas salvaguardas administrativas, técnicas e físicas para proteger os dados pessoais.



## OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Não utilizar, seja a que título for, a razão social da EACE e/ou de suas prestadoras constituintes (Algar Telecom S.A, Telefônica Brasil S.A., Claro S.A. TIM S.A), bem como suas marcas e demais sinais distintivos sem a prévia e expressa autorização da EACE e/ou de suas prestadoras constituintes.

Executar os serviços de acordo com a orientação e necessidade da EACE, sendo ainda, executados com qualidade e em conformidade com o negociado com a EACE.

Quando solicitado, deverá apresentar à EACE cópia do contrato social, estatuto social, do comprovante de inscrição do CNPJ, do livro de registro de empregados, certidões de regularidade fiscal (âmbito federal, estadual e municipal), certidão negativa de débitos trabalhistas e certificado de regularidade do FGTS, sob pena de suspensão do pagamento e/ou dos serviços até a regularização da situação, a critério da EACE. Os documentos deverão ser apresentados em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação da EACE.

Obter e manter válidas todas as licenças, autorizações e permissões necessárias para prestação de serviços, incluindo licenças ambientais, eventuais exigências de conselhos profissionais e às habilitações das pessoas físicas designadas para execução dos serviços mencionados na RFP.

Quando solicitado, deverá entregar à EACE, em até 10 (dez) dias a relação dos profissionais alocados para execução dos Serviços, bem como a documentação desses profissionais, na extensão permitida por lei e sem a indicação de valores salariais, incluindo, mas não se limitando às descritas abaixo:

- i. Relação nominal dos empregados envolvidos na prestação dos Serviços, com indicação de nome, cargo, RG, CPF e número/série/estado emissor da carteira de trabalho (“CTPS”);
- ii. Convenção Coletiva da Categoria envolvida na prestação dos Serviços;
- iii. Crachá de identificação dos empregados;
- iv. PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), quando aplicável;
- v. PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional), quando aplicável;
- vi. PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), quando aplicável;
- vii. ASO (Atestado de Saúde Ocupacional), quando aplicável.

## CONFLITOS DE INTERESSE

Quando solicitado, a PROPONENTE deverá fornecer à EACE cópia do estatuto social ou contrato social, incluindo a relação dos acionistas e principais administradores da Companhia e reportar

imediatamente o conhecimento de qualquer relacionamento com os acionistas, administradores e executivos da EACE.

Deverá tomar conhecimento da política de conflitos de interesses da EACE no momento da sua contratação, e estar ciente de que caso um conflito de interesses seja identificado, a respectiva situação deverá ser devidamente avaliada pela área de Compliance da EACE antes da sua contratação.

## **11. CRONOGRAMA**

<b>Ação</b>	<b>Data Proposta</b>
Publicação da RFP	27/02/24 a 11/03/24
Envio de dados para cadastramento dos proponentes na plataforma Nimbi	27/02/24 a 11/03/24
Esclarecimento de Dúvidas da RFP	27/02/24 a 15/03/24
Recebimento de Propostas	15/03/24 a 04/04/24
Esclarecimento de dúvidas das Propostas	04/04/24 a 15/04/24
Análise e qualificação das Propostas	15/04/24 a 15/05/24
Negociação	15/05/24 a 03/06/24
Contratação/Adjudicação	03/06/24 a 28/06/24
Emissão do Pedido de Compras	03/06/24 a 28/06/24